

# **CASA BARÃO DE MELGAÇO: PATRIMÔNIO CULTURAL E POTENCIALIDADE TURÍSTICA NO CENTRO HISTÓRICO DE CULABÀ**

*Sônia Regina Romancini  
Suíse Monteiro Leon Bordest*

Sônia Regina Romancini<sup>1</sup>  
Suíse Monteiro Leon Bordes<sup>2</sup>

- assim, era a casa,  
de esquina;  
- e assim... a gente  
e as coisas do tempo;  
*pela Rua de Cima não há como perder...*  
(Silva Freire)

### Considerações iniciais

Ao longo do processo histórico, os seres humanos construíram identidades mutantes, em um complexo e entrelaçado processo de cognição, de interpretações e reinterpretações, de vivências e convivências, de múltiplas interações com o meio ambiente.

Nos últimos tempos, teóricos culturais argumentam que uma mudança estrutural está fragmentando e deslocando as identidades culturais e provocando no indivíduo uma “crise de identidade”. A “crise de identidade” faz parte de um processo mais amplo de mudança e tem efeito pluralizante sobre as identidades, sendo capaz de produzir uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação.

Segundo Stuart Hall, em essência, as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. Assim a chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (HALL, 2003).

Diante disso e ainda apoiadas em Hall (2003) perguntamos: *como lidar com os aspectos de nossas identidades que surgem de nosso “pertencimento” a culturas étnicas, raciais, lingüísticas, religiosas e nacionais?*

Na esteira dessas questões queremos ousar interpretar no Centro Histórico de Cuiabá a Casa Barão de Melgaço, um exemplar de bem patrimonial que se expressa

<sup>1</sup>Geógrafa, Doutora em Geografia pela UNESP de Presidente Prudente. Sócia efetiva do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

<sup>2</sup>Geógrafa, Doutora em Geociências e Meio Ambiente pela UNESP de Rio Claro. Sócia efetiva do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

publicamente como ícone cultural e que, se houver uma adequada gestão desse patrimônio, pode se tornar um importante atrativo turístico.

É de conhecimento geral que para fugir do turismo massificador e estressante, visitantes acorrem para locais onde possam aliar o lazer ao enriquecimento pessoal. Sobrelevando os atrativos em meios culturais, evocam novo significado ecológico, histórico, cultural tanto em áreas rurais como urbanas (BORDEST, 2005).

Cada vez mais a interpretação do patrimônio cultural na perspectiva do olhar sai do meio acadêmico para ser exercitado na prática. Trata-se de iniciativas ou experiências de sensibilização que possibilitam representações significativas, com vistas a elaborar roteiros de descobertas para e pelos visitantes, focalizando e valorizando o patrimônio, tais como: os marcos geográficos, históricos e culturais das cidades.

A exemplo de centros histórico-culturais mundialmente conhecidos como cidades receptoras pelos seus bens materiais e imateriais (gregas, egípcias, francesas, portuguesas, espanholas), no Brasil cidades como Salvador, Recife, Olinda, São Luís, dentre outras, também estão hoje incluídas nos roteiros turísticos dos apreciadores dos atrativos culturais.

Particularizando o meio em que vivemos temos a ressaltar no âmbito do Centro Geodésico da América do Sul a cidade de Cuiabá, fundada em 08 de abril de 1719, nas margens do rio Coxipó (atual distrito do Coxipó do Ouro), e onde se pode vislumbrar um rico manancial de cultura pronta para ser reinterpretada no seu contexto histórico-cultural. Para seguir a trilha da abordagem dos centros históricos queremos nos permitir exercitar o olhar ao percorrermos o centro histórico desta cidade quase tricentenária que se enfeita para receber seus visitantes.

### **Relação entre patrimônio e turismo**

De acordo com orientações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o patrimônio cultural não se restringe apenas a imóveis oficiais isolados, igrejas ou palácios, mas na sua concepção contemporânea se estende a imóveis particulares, trechos urbanos e até ambientes naturais de importância paisagística, passando por imagens, mobiliário, utensílios e outros bens móveis. Por este motivo é possível realizar uma das mais importantes distinções que se pode fazer com relação ao patrimônio cultural, pois sendo ele diferente das outras modalidades da cultura restritas apenas ao mercado cultural, apresenta interfaces significativas com outros importantes segmentos da economia como a construção civil e o turismo, ampliando exponencialmente o potencial de investimentos (IPHAN, 2006).

Nessa perspectiva, a cidade de Cuiabá fortemente marcada tanto pela morfologia de sua paisagem física como pela presença de notáveis personalidades onde se misturam antigos bandeirantes, coronéis, jagunços e migrantes de várias procedências

e em diferentes momentos de sua história, dispõe de fantásticas proezas culturais que dão suporte ao turismo cultural.

Antigas touradas, festas religiosas (São Benedito, Senhor Divino, São Gonçalo) ou pagãs, inesquecíveis peças de teatro, retretas nos coretos e passeios nos jardins públicos, costumam ser lembrados como marcos dos primórdios da história do lazer e turismo da cognominada “cidade verde”.

Costumeiramente mencionada mais pelo papel de receptivo dos viajantes, que se deslocam em busca dos pontos pitorescos dos planaltos, serras e das planícies pantaneiras da região, a potencialidade para o atrativo cultural da cidade tem sido negligenciada.

Falamos da oferta turística de seus produtos artesanais provenientes do trabalho de competentes artesãos e artesãs de cerâmica, tecelagem, madeira (BORDEST et al., 1997).

Hoje, o contexto urbano de Cuiabá e seu entorno começam a se expressar de maneira mais clara e organizada ao ofertar ao visitante e residente os produtos turísticos artesanais provenientes de seus bens patrimoniais (natural e cultural) valorizando seus produtos artesanais de cerâmica, tecelagem, madeira, culinária, entre outros. De outro lado são os parques urbanos, centros de eventos, mercados e feiras, casas de artesanato. Marcos históricos e geográficos, ruas, ruelas e praças, igrejas e centros de cultura. Dentre estes últimos destacamos a Casa Barão de Melgaço no Centro Histórico de Cuiabá.

Ao analisar as edificações herdadas do passado, o geógrafo Troitiño Vinuesa (1998) afirma que elas constituem o patrimônio cultural, que é um elemento essencial de bem-estar e de qualidade de vida das cidades que os detém. Este patrimônio, se utilizado de forma criteriosa para o turismo, oferece múltiplas perspectivas de desenvolvimento econômico e social, assim como para a criação de novos empregos.

Sobre a importância das obras construídas no passado, a exemplo da Casa Barão de Melgaço, Abreu (1998) destaca que face à homogeneidade do espaço global, cada lugar procura na singularidade a sobrevivência e a individualidade, buscando no passado uma das dimensões da singularidade. Esse passado está materializado na paisagem, preservado em instituições de memória, ou ainda vivo na cultura e no cotidiano dos lugares.

Acerca da necessidade de proteção e conservação do patrimônio cultural, bem como sua utilização para o turismo, Troitiño Vinuesa (1995) observa que a implantação de uma cultura de recuperação, além dos tombamentos de conjuntos históricos, requer o conhecimento da cidade como patrimônio e recurso cultural coletivo, pois sem o entendimento da dimensão cultural do patrimônio urbanístico será muito difícil propiciar um turismo cultural de qualidade. Assim, é preciso que haja uma política urbanística e cultural que, retraindo os valores arquitetônicos, urbanísticos e

culturais das cidades históricas, dê respostas às atuais demandas e propicie sua utilização como recurso turístico.

Ressaltamos que o turismo constitui um pilar importante da economia de muitas cidades que possuem centros históricos, contribuindo também para a conservação e a recuperação de seu patrimônio cultural. Entretanto, como a pressão do turismo pode trazer riscos para o ambiente e para a sociedade, devem ser formuladas políticas de gerenciamento desses recursos (TROIÑO VINUESA, op. cit.).

### **Um percurso pela Rua Barão de Melgaço**

A cidade de Cuiabá, a partir da década de 1960, passou por significativo processo de expansão urbana e aumento populacional, com a conseqüente demolição e descaracterização de parte do patrimônio construído.

Segundo Conte e Freire (2005), no final de 1985, foram tombadas<sup>3</sup>, provisoriamente, em nível municipal, uma área do centro e outra no bairro do Porto. Esse tombamento foi renovado no final de 1986. Em 1º de outubro de 1987, foi tombado, em nível provisório federal, a área no centro. Em 1988, o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural aprovou o tombamento do Centro Histórico de Cuiabá e do seu entorno, com o objetivo de preservar o patrimônio remanescente dos séculos XVIII, XIX e XX, presente nesta cidade. O tombamento foi homologado pelo Ministro da Cultura, em 4 de novembro de 1992.

No Centro Histórico de Cuiabá destacamos a Rua Barão de Melgaço - antiga Rua Linda do Campo - no trecho entre as ruas 12 de Outubro e Voluntários da Pátria. Denota a presença de alguns casarões coloniais, sobressaindo-se a Casa Barão de Melgaço.

Além do tombamento federal, a Casa Barão de Melgaço foi contemplada com o tombamento da Secretaria de Estado de Cultura, através da Portaria nº 13/98, publicada no Diário Oficial em 8 de junho de 1998.

Historicamente, a Rua Barão de Melgaço procede do antigo "Quintal Grande", denominação do local onde hoje se encontra a Avenida Mato Grosso, cruzando diversas avenidas até encontrar a Avenida Miguel Sutil, nas proximidades da Ponte Nova. Considerada uma das artérias mais importantes de Cuiabá, não somente pelo seu valor histórico, mas pela função de logradouro público que nunca teve função

---

<sup>3</sup>O tombamento é um ato administrativo realizado pelo Poder Público com o objetivo de preservar, por intermédio da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados. O Tombamento pode ser feito pela União, por intermédio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pelo Governo Estadual, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado ou pelas administrações municipais, utilizando leis específicas ou a legislação federal (IPHAN, 2006).

comercial. Nela se sobressaía a função residencial, sendo que, a partir da década de 1970, foi tomada pelo setor financeiro, constituindo nos dias atuais uma rua de especialidade neste setor (ROMANCINI e ALENCASTRO, 2001).

Numa pesquisa elaborada pelo arquiteto Moacyr Freitas, registra-se como sua primeira denominação, no século XVIII, o nome de Rua Nova, talvez pelo seu recente aparecimento após a tríade Rua de Cima, Rua do Meio e Rua de Baixo, respectivamente as atuais Rua Pedro Celestino, Rua Ricardo Franco e Rua Galdino Pimentel.

Segundo um recenseamento realizado em 1825, o logradouro aparecia como Rua Linda do Campo, pelo qual deduzimos que esta outra denominação surgira em consequência da sua ligação com o antigo Campo d'Ourique (hoje Praça Pascoal Moreira Cabral, onde foi construída a Assembléia Legislativa, atual Câmara Municipal de Cuiabá). Nesse período, as ruas eram referenciadas de maneira informal tendo como base as tradições da localidade.

A memorialista Dunga Rodrigues informa que após o término da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, as ruas de Cuiabá passaram a ostentar os marcos da vitória. Cada uma delas, por meio de um edital da Câmara de 1871, passou a receber nomes de cidadãos ilustres, datas e outras referências às batalhas travadas. Dessa forma, a Rua do Campo passou a se chamar Barão de Melgaço (RODRIGUES, 1969).

A homenagem ao Barão de Melgaço se deve não somente pelo fato dele residir nessa rua, mas foi uma justa homenagem a sua figura relevante na história naval brasileira e particularmente na história mato-grossense. O seu nome era Augusto João Manuel Leverger, o Barão de Melgaço, título este a ele outorgado por Dom Pedro II, em reconhecimento aos serviços prestados à Nação.

O Barão de Melgaço naturalizou-se cidadão brasileiro em 1848 e governou a Província de Mato Grosso por quatro vezes. Em 1843, casou-se em Cuiabá com Dona Inês de Almeida Leite e desta união resultou numerosa prole, que se desdobrou em várias ramos: Alves Corrêa, Corrêa Sá, Corrêa Cardoso, Prado, dentre outros.

Segundo Mendonça (1973, p. 41), após o casamento do Barão com Dona Inês, a quem dedicava afeto profundo, ficou o ilustre marinheiro desde então definitivamente preso à cidade de Cuiabá, onde, para empregar a sua frase - "lançou âncoras para sempre", passando a viver na Rua do Campo, atual Rua Barão de Melgaço: "a partir dessa época não mais pensou em arredar-se da modesta vivenda que adquirira na rua do Campo, a mesma onde veio a falecer", em 1880.

Mendonça (op. cit, p. 41) informa que:

Ali, ao lado dos livros prediletos, dos numerosos manuscritos, cercado pelo carinho da família, fez ele o centro da sua poderosa atividade cerebral, estudando os nossos complicados assuntos de limites, coordenando notas e observações astronômicas, traçando os detalhes

da carta geográfica da província e escrevendo a maior parte dos interessantes e valiosos trabalhos que deixou sobre Mato Grosso.

A Casa Barão de Melgaço, por representar a arquitetura colonial do século XIII e por ter sido o espaço de vivência do Barão de Melgaço durante décadas, corresponde a um patrimônio histórico-cultural de inestimável valor.

### **Conhecendo a Casa Barão de Melgaço**

O arquiteto Moacyr Freitas ao analisar os aspectos arquitetônicos da Casa Barão de Melgaço, edificada possivelmente entre os anos 1775 e 1777, informa que a casa foi construída com o requinte que aquele período proporcionava, com paredes revestidas de cal e areia, pisos de cerâmica e cobertura de telha. As paredes grossas e resistentes foram feitas somente de barro, socado a pilão, ou com os pés, entre formas de madeira, misturado com esterco de curral, fibras ou cascalho miúdo, a taipa de pilão. Também do barro moldaram os adobes que construíam as paredes mais finas (FREITAS, 2001).

No final do século XIX, a vinda dos construtores europeus pela navegação fluvial trouxe inovações que modificaram as antigas fachadas das casas coloniais. Freitas (op. cit.) explica que nesse período, a Casa Barão de Melgaço passou por algumas mudanças como a retirada dos beirais, trocados pela platibanda. Várias pilastras com caneluras foram distribuídas nas fachadas, destacando as portas e janelas por molduras, frisos e outros desenhos geométricos. Suas janelas ganharam a veneziana e, no seu interior, foram mantidas as grossas paredes dos tempos coloniais.

De acordo com Mendonça (1973), no dia 23 de novembro de 1930, a Casa Barão de Melgaço foi solenemente entregue ao Instituto Histórico de Mato Grosso, atual Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, e ao Centro Mato-grossense de Letras, atual Academia Mato-Grossense de Letras, com uma romaria ao túmulo de Leverger. O autor relata a solenidade de colocação da placa comemorativa na "Casa Barão de Melgaço", cerimônia referente ao centenário da chegada a Cuiabá do Barão de Melgaço (MENDONÇA, op. cit., p. 272-3):

#### **DECRETO**

Nº 1 - O Interventor Federal no Estado de Mato Grosso, considerando que a data de hoje assinala o centenário da chegada a Cuiabá do grande Augusto Leverger, Barão de Melgaço, cujos serviços a Mato Grosso na paz e na guerra, o sagraram vulto de inconfundível destaque na História política, administrativa e intelectual do Estado;

Considerando que é mister manifeste o Governo, como legítimo refletor do pensar e sentir do povo, a sua adesão e solidariedade às comemorações providas pelo transcurso dessa memorável efeméride;

Considerando que, por Decreto nº 718 de 14 de janeiro de 1926, resolvera o Governo do Estado desapropriar a casa em que residiu e veio a falecer o egrégio bretão cuiabanizado;

Considerando que fora a aquisição feita em atenção a um grande movimento popular, visando fazer perdurar na referida casa o mesmo ambiente de intelectualidade que ali existira em vida do bravo almirante e maior conhecedor das cousas mato-grossenses no seu tempo;

Considerando que tal finalidade não foi ainda alcançada, e o aproveitamento do prédio para uma repartição estadual contrariou o objetivo dos promotores da idéia, a que o Governo emprestara o seu apoio, de ali instalar, enquanto não for fundado o respectivo Museu Histórico, o Instituto Histórico de Mato Grosso e o Centro Mato-grossense de Letras, sodalícios que mantêm o culto cívico como parte essencial do seu programa, tendo o Barão de Melgaço como um dos seus patronos,

**RESOLVE:**

Art. 1º - A “Casa Barão de Melgaço”, sita à rua do mesmo nome e de propriedade do Estado, fica destinada, a partir desta data, a ser a sede efetiva do “Instituto Histórico de Mato Grosso” e do “Centro Mato-grossense de Letras”.

Art. 2º - O Governo, oportunamente, fará a cessão, em devida forma, àquelas sociedades, do mesmo edifício, que, em caso de extinção das referidas associações, reverterá ao patrimônio do Estado.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio da Presidência do Estado, em Cuiabá, 23 de novembro de 1930, 42º da República e 100º da chegada de Leverger. Antonino Menna Gonçalves Virgílio Corrêa Filho.

### **A Casa Barão de Melgaço como centro de cultura no Centro Histórico de Cuiabá**

A referência ao Centro Histórico de Cuiabá abre uma janela para dialogarmos neste texto sobre um dos mais antigos centros de cultura da capital mato-grossense. Referimo-nos à Casa Barão de Melgaço que abriga duas importantes instituições: o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso - IHGMT e a Academia Mato-Grossense de Letras - AML.

As reflexões sobre aspectos da Casa Barão de Melgaço no contexto do patrimônio cultural chamam a atenção para o desafio de rememorar o papel dos grupos sociais diante da complexidade dos espaços de relações dos seres humanos entre si e deles com o meio ambiente. A fenomenologia embasa teoricamente a nossa percepção de que a sociedade é um espaço de conflitos e de confrontos de interesses na regulação do uso e da apropriação de recursos do ambiente natural e construído e no gerenciamento de riscos ambientais e tecnológicos, onde se pautam as lutas



socioambientais, logo, o campo ambiental implicando situações ao campo da cultura.

Para Carlos Brandão, conforme as interpretações atuais e de antropologia, a cultura é um contexto. Partindo desse princípio, o autor apresenta a seguinte reflexão sobre a cultura:

Ela é o contexto da trama de significados que tornam viáveis condutas que resultam em transações sociais e simbólicas e que, ao mesmo tempo, tornam transparente para seus sujeitos a ordem e o sentido de sua conduta e de suas transações, em qualquer dimensão em que elas se processem. Isto em cada um dos lugares específicos onde pessoas se relacionem como sujeitos sociais e sujeitos de significações. Toda cultura é portanto a cultura de um contexto. É, melhor ainda, um contexto de relações sociais e simbólicas como cultura [...] ela é o contexto de significações do qual idéias, comportamentos e transas de poder podem ser e são efetivamente codificados e significativamente interpretados entre os seus agentes/atores. A cultura é também, ou através dele, o contexto das interações onde idéias, comportamentos, símbolos, poderes e objetos materiais podem ser compreendidos através do seu sentido [...] Se a existência cotidiana de cada sujeito e se a vida cotidiana de cada comunidade não se esgotam como e na cultura, a cultura é o contexto simbólico de significações entre tudo aquilo que, entre sujeitos na comunidade, torna socialmente possível e ideologicamente compreensível tanto a individualidade de cada pessoa, quanto a coletividade da vida comunitária. Dimensões de identidades construídas com a matéria dos mesmos símbolos. (BRANDÃO, 1996, p. 56-58).

O contexto local, ao incorporar um novo elemento, se transforma, criando e recriando novos objetos sociais, que implicam novos papéis sociais que identificam sujeitos renovados em realidades que se renovam, frente à dinâmica do processo cultural.

É sabido que em todos os campos e dimensões do saber é possível identificar um pensamento que reelabora o pensado em outros lugares, produzindo afirmações de não menor significado, validade e criatividade e que neste marco não deixa de ser importante a subjetividade o grupo, e, mais precisamente, seu próprio saber e fazer diante do processo de refletir, reinterpretar e reelaborar soluções novas, em termos dos novos parâmetros ou variáveis e um problema urgente que (mesmo pautado de fora para dentro) desafia aos sujeitos do grupo (de um contexto) a fazerem despontar novos processos de releitura e reavaliação de sua realidade imediata, como formula Martinic (1994).

Juntando a essa reflexão o contexto urbano da quase tricentenária cidade de Cuiabá, nela se evidenciam os problemas da preservação/conservação de seus bens

patrimoniais, da qualidade de vida e da capacidade de suporte do meio que exigem muitas vezes, além da manutenção de serviços essenciais, a recuperação do ambiente físico-natural e construído, em meio aos inúmeros conflitos sócio-ambientais que caracterizam o momento histórico.

### **Interpretando o patrimônio cultural - traçando caminhos para o turismo**

Nessa linha de pensamento percebemos a Casa Barão de Melgaço, além de órgão irradiador da cultura mato-grossense, também como ambiente capaz de potencializar a atividade turística no meio urbano. O *turismo cultural*, atividade que ganha adeptos no mundo inteiro e que pode ser apreciado tanto pelos visitantes como pelos moradores da cidade.

Considerando que a base cultural, encontra-se nos marcos históricos e nas raízes históricas propriamente ditas, que evoluem e se transformam, voltamos nosso olhar para a Casa Barão de Melgaço, no contexto do Centro Histórico de Cuiabá, aqui considerada como atrativo científico, histórico e cultural e capaz de oferecer importante contribuição ao Produto Turístico Urbano<sup>4</sup>, não só através de sua arquitetura colonial, mas também como centro de referência da cultura mato-grossense, ao incorporar rica biblioteca e arquivo, museu e casa de memória.

O turismo cultural, no entanto, propõe desafios, que se relacionam a decisões para contrabalançar preservação e proteção com promoção; resguardar a autenticidade, evitando-se construções incompatíveis; difundir temas delicados relacionados com a cultura sem explorar grupos minoritários; compartilhar com os moradores seus reais interesses sobre a preservação.

Assim, o mérito da ação de interpretação é, além de difundir, popularizar o conhecimento ambiental e preservar o patrimônio, induzindo a atitudes de respeito e proteção. A esse serviço coloca-se a proposta de interpretar o patrimônio, como o processo de acrescentar valor à experiência do visitante por meio do fornecimento de informações e representações que realcem a história e as características culturais e ambientais de um lugar, conforme orientações de Albano citado por Bordest (2005).

A interpretação de lugares, de acervos e coleções, de saberes e fazeres culturais são, antes de tudo, um instrumento de comunicação com o morador, o visitante e o turista.

### **Considerações finais**

Considerando-se que identidades se deslocam entre passado e presente, queremos pensar com Freire, citado por Oliveira (2003, p. 118): “a invenção da

---

<sup>4</sup>Entende-se por Produto turístico a composição de uma base cultural com herança histórica, capaz de ofertar boa hospitalidade, acomodação confortável, paisagem atraente e boa cozinha, entre outros.

existência deu-nos a possibilidade de estarmos não apenas no mundo, mas com o mundo. Eu posso mudar o mundo e é fazendo isso que eu me refaço. É mudando que eu me transformo também”.

Destacando no Centro Histórico de Cuiabá a Casa Barão de Melgaço, buscamos no entrelaçamento dos termos patrimônio/cultura distinguir as manifestações culturais potenciais para o produto turístico, de modo a valorizar a nossa identidade em mutação. Entendendo a identidade como o sentimento de pertencimento a um lugar.

Ressaltamos que em nível mundial a valorização do turismo cultural é uma realidade. Pessoas viajam com o intuito de conhecer as diversidades histórico-culturais de outros povos. Porém é necessário que esse despertar para novas culturas seja alicerçado em algumas premissas: conteúdo histórico local, interpretação do patrimônio, divulgação, geração de divisas à localidade, conservação dos bens patrimoniais com a participação da população local.

A Casa Barão de Melgaço como órgão informativo e educativo, reunindo o museu, a biblioteca, o anfiteatro, os acervos de famílias mato-grossenses, deve ficar mais próxima e a serviço da comunidade, contribuindo efetivamente para a formação dos cidadãos, bem como para o desenvolvimento da sociedade, reforçando a necessidade de conservação do seu patrimônio histórico-cultural.

Colocar em prática essa proposta é responsabilidade não apenas dos integrantes das instituições que a Casa Barão de Melgaço abriga, mas também dos governantes e da sociedade civil. Isso porque um povo deve valorizar e lutar pela preservação de sua identidade cultural mesmo reconhecendo nela a possibilidade de sua transformação no contexto de cada época.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício A. Sobre a memória das cidades. **Território**. Rio de Janeiro: LAGET, ano III, n.4, p. 4-26, jan./jun. 1998.
- BORDEST, Suíse Monteiro L.; MACEDO, Miramy.; PRIANTE, Josita C. **Matutando Turismo**. Cuiabá: EdUFMT, 1997.
- BORDEST, Suíse Monteiro L. **Patrimônio Ambiental de Chapada dos Guimarães. Olhares e possibilidades turístico-culturais**. Cuiabá: EdUFMT, 2005.
- BRANDÃO, Carlos. R. et al. **O difícil espelho: limites e possibilidades de uma expertise de educação e cultura**. Rio de Janeiro: IPHAN: Depron, 1996.
- CONTE, Claudio Quoos; FREIRE, Marcus Vinícius De Lamonica. **Centro Histórico de Cuiabá, patrimônio do Brasil**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.
- FREITAS, Moacyr. A arquitetura da Casa Barão de Melgaço. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**. n. 59, p. 215-221. Cuiabá: IHGMT, Entrelinhas, 2001.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 8. ed. Trad. Tomas Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Tombamento**. [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br). Acesso em 18 de março de 2006.
- MARTINIC, S. Saber popular e identidade. In: GADOTI, M.; TORRES, C. A. (Orgs.) **Educação Popular: utopia latino-americana**. São Paulo: Cortez. USP, 1994.
- MENDONÇA, Estevão. **Datas mato-grossenses**. Cuiabá, Casa Civil do governo do Estado de Mato Grosso, 1973. I e II.
- OLIVEIRA, Elísio M. **Cidadania e educação ambiental: uma proposta de educação no processo de gestão ambiental**. Brasília: IBAMA, 2003.
- RODRIGUES, Dunga. **Reminiscências de Cuiabá**. Goiânia: Editora Cinco de Março, 1969.
- ROMANCINI, Sônia R.; ALENCASTRO, Aníbal. Homenagens ao Barão de Melgaço. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**. n. 61, p. 51-62, Cuiabá: IHGMT, 2003.

TROITIÑO VINUESA, Miguel A. El turismo en las ciudades históricas. **Polígonos - Revista de Geografía**. n. 5, p. 49-65. León: Departamento de Geografía, Universidad de León, 1995.

TROITIÑO VINUESA, Miguel A. Turismo y desarrollo sostenible en ciudades históricas. **Ería - Revista Cuatrimestral de Geografía**. n. 47, p. 211-227. Oviedo: Departamento de Geografía, Facultad de Geografía e Historia, 1998.